

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009557-52.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86)**  
 Requerente: **Valdir Pestana Santos**  
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

**VALDIR PESTANA SANTOS** ajuizou ação **ACIDENTÁRIA** em face de **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, todos devidamente qualificados.

Alega o autor que no dia 01/12/2016, trabalhando na empresa Faber Castell sofreu acidente de trabalho que acarretou a amputação do dedo indicador da mão direita, o que lhe diminuiu a capacidade laborativa. Pediu a condenação do requerido a pagar-lhe auxílio acidente.

A inicial veio instruída com documentos.

À fls. 27 foi deferida perícia médica e nomeado como louvado oficial o Dr. Eduardo Passarela.

Regularmente citado, o Instituto-requerido apresentou contestação a fls. 60 e ss. No mérito, sustentou que o autor não preenche os

**1009557-52.2017.8.26.0566 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

reuqistos legais para a concessão do benefício e não comprovou que o acidente relatado na inicial prejudicou sua capacidade laborativa. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Réplica às fls. 84/88.

Laudo pericial encartado a fls. 169/171. Apenas o requerente se manifestou sobre a conclusão (fls. 179).

**É O RELATÓRIO.****DECIDO.**

Restou incontroverso o fato de o autor ter se acidentado **durante o exercício do trabalho**; no dia 01/12/2016, operando uma máquina na empresa Faber Castell S/a, **teve amputada a falange do dedo indicador da mão direita**.

Em bem elaborado laudo o vistor oficial apurou a ocorrência de comprometimento parcial do membro superior direito do autor, constatando que o acidente "resultou para a pessoa examinada uma invalidez parcial e permanente" (textual fls. 171).

O réu não trouxe laudo de contestação e também não impugnou o laudo oficial.

\*\*\*

O tipo de sequela (incontroversa, saliente-se mais uma vez) deixa evidenciado déficit laborativo por causa ocupacional; é intuitivo o


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

prejuízo consequente à lesão/amputação de dedo, implicando em significativa quebra daquele todo harmônico que é o corpo humano; todos os segmentos do corpo têm alguma utilidade e sua falta, **em maior ou menor grau** causa prejuízos; assim é forçoso reconhecer a presença de incapacidade e nexo, binômio indispensável para afirmação de amparo infortunistico.

Ademais, os autos revelam que o autor é homem sem qualquer qualificação “extra”. Está preparado para serviços que demandam, basicamente, esforço físico e alguma técnica.

Assim, soa evidente que os danos físicos trouxeram déficit com reflexos no labor.

Impõe-se, como fecho, o acolhimento da súplica.

\*\*\*

Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta **ACOLHO** o pedido inicial para o fim de conceder ao autor, **Valdir Pestana Santos**, o auxílio acidente de 50% (cinquenta por cento) nos termos do art. 86 da Lei 8.213/91 com as modificações dadas pela Lei 9.032/95, já que a lei aplicável ao caso é aquela vigente na data da citação, ainda mais porque favorável ao obreiro.

Nesse diapasão Apelação sem revisão 588.320.00/6 – 10ª Câmara, Rel. Irineu Pedratti, j. em julho de 2000 e REsp 62.389-8/SP do STJ.

Estabeleço como “dies a quo” o dia seguinte a data do cancelamento do benefício de auxílio-acidente, ou seja, 30/09/2017 (fls. 77 e 139).


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Nesse sentido REsp. 409.937/SC da relatoria do Min. Felix Fischer: “tratando-se de restabelecimento de benefício acidentário indevidamente cancelado na via administrativa, deve o mesmo ser restaurado a partir da data do cancelamento”.

Sucumbente, arcará o INSS com o pagamento de honorários advocatícios que arbitro, em atenção ao inciso II, do paragrafo 4º, do art. 85 do CPC, no valor médio dos percentuais especificados nos incisos de I a V do § 3º (obviamente no inciso em que o valor obtido na fase de liquidação se encaixar), do mesmo dispositivo.

Oficie-se para implantação do benefício. Nesse aspecto fica antecipada a tutela.

Se o caso, submeto essa decisão ao reexame necessário pelo E. Tribunal de Justiça de São Paulo, nos termos do artigo 496 do CPC e Súmula 423 do STF.

**Publique-se e intemem-se.**

São Carlos, 17 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**